

Smart Power e Diplomacia Pública da RPC perante os BRIC

In Daxiyangguo, nº. 16, 2011, pp. 33-52

Por Marco António Baptista Martins¹

Abstract

In order to establish and expand Chinese influence as a BRIC, the political central core develops a new integrated strategy, resource base and tool kit drawing a skillful combination of hard and soft power that results in smart power and public diplomacy in today's challenges that also requires transnational solutions as global financial stability, climate change, energy insecurity and terrorism. This paper pretends to analyze how smart power and public diplomacy are connected regarding People's Republic of China.

Key-words: *Smart Power, Soft Power, BRIC, Public Diplomacy*

Resumo

No sentido de estabelecer e expandir a influência chinesa enquanto BRIC, o centro de poder tem vindo a desenvolver uma nova estratégia que integra a combinação da utilização do hard com o soft power cujo resultado assume as formas de smart power e de diplomacia pública como resposta aos actuais desafios que requerem soluções transnacionais tais como a estabilidade financeira global, a alteração climática, a questão da insegurança energética e o terrorismo. De facto, este artigo pretende analisar a forma como o smart power e a diplomacia pública se encontram interligados no que respeita a República Popular da China.

Palavras-chave: *Smart Power, Soft Power, BRIC, Diplomacia Pública*

A República Popular da China (RPC) tem por resolver inúmeros problemas de ordem interna, dos sociais aos económicos, da ideologia à reforma do PCC, da via para *Uma Só China*, numa China multinacional com dominação Han, contudo parece ser o modelo a seguir em termos da manutenção do regime político e da abertura económica, na dinamização e da aplicação de *smart power* bem como da diplomacia pública. Salienta-se que uma das regras de maior importância na aplicabilidade da diplomacia pública consiste em interligar o processo de investigação/pesquisa em matéria de

¹ Professor da Universidade de Évora. Investigador Integrado do NICPRI – FCT. Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, da Universidade Técnica de Lisboa. Auditor em Política Externa Nacional pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

elaboração de uma política externa com o impacto da decisão de cada actor em termos de opinião externa quer junto da sociedade civil quer no centro de decisão pelo facto de direcccionar a política externa não naquilo que um actor na arena internacional refere que irá fazer, mas sim no que de facto pretende executar.²

Aliás, a diplomacia pública tem como objectivo central influenciar directa ou indirectamente o centro de decisão de um estado enquanto actor das relações internacionais, exercendo influência junto dos seus cidadãos e utilizando instrumentos essenciais como a informação, a educação e a cultura, onde se efectua uma gestão central das redes de comunicação estratégica, de relações e vínculos numa perspectiva de longo prazo e de intercâmbios, o todo inserido no quadro de uma relação G-t-P (government to people). Recorde-se que o conceito de diplomacia pública é apadrinhado em 1965 pelo decano e diplomata de carreira Edmund Gullion da Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University,³ tendo sido formalmente adoptado pelo governo norte-americano nos 70 nos seus programas para influenciar a opinião pública externa, de igual forma, um dos instrumentos da diplomacia pública consistiu justamente na *United States Information Agency* (USIA, de 1953 a 1999)⁴ durante as décadas de 80 e 90. Actualmente, a utilização do conceito de diplomacia pública consiste na percepção de marca de um país que compete com outros países no mercado global como por exemplo, nos casos britânico, *Rebranding Britain* (executado a partir do *Panel 2000*) e espanhol sob o governo Aznar, *Proyecto Marca España* e sob Zapatero, *Alianza de Civilizaciones*.⁵

1. Orientação Política

No dia 24 de Abril de 1945, Mao Zedong define as linhas de orientação da política externa do Partido Comunista da China (PCC) nas quais defende expressamente o apoio à Carta do Atlântico e às Conferências internacionais de Moscovo, do Cairo, de Teerão e da Crimeia por lutarem contra os regimes *fascistas*. Nesse sentido, o PCC deve não só estabelecer e fortalecer as relações diplomáticas com todos os países como

² Vide sobre este assunto USC Center on Public Diplomacy at the Annenberg Center < <http://uscpublicdiplomacy.org/> >

³ Vide The Murrow Center, Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University in < <http://fletcher.tufts.edu/murrow/index.html> >

⁴ Os arquivos podem ser consultados no National Archives in < <http://archives.gov/research/guide-fed-records/groups/306.html> > e no USIA Archives in < <http://dosfan.lib.uic.edu/usia/> >

⁵ Cfr. Noya, Javier –*Diplomacia Pública para el Siglo XXI. La Gestión de la Imagen Exterior y la Opinión Pública Internacional*. Barcelona: Ariel, 2007, pp. 91-130.

também considerar a derrota do agressor japonês para o restabelecimento da paz mundial. De facto, Mao Zedong entende que o Guomintang tem por obrigação cessar de imediato as hostilidades com a União Soviética a fim de reforçar os laços sino-soviéticos. Por sua vez, no tocante à Índia considera como condição *sine qua non* a luta pela sua independência e quanto aos países do Sudeste Asiático, entre os quais, Burma, Malásia, Indonésia, Vietname e Filipinas venham a deter analogamente o mesmo direito. Contudo, a excepção regional centra-se na Tailândia visto Mao Zedong sustentar que se trata de um Estado fascista satélite da Europa.⁶ Recorde-se o diplomata Octávio Neto Valério, ao referir que Mao Zedong, na década de sessenta, fora acusado na cena internacional pela oposição ao campo soviético, derivado da sua fomentação em criar divisões no seio dos diversos partidos comunistas nacionais; de impedir a unidade de libertação nos diversos países em vias de independência; de procurar um confronto quer com o bloco soviético e com os Estados Unidos e finalmente de afastar a RPC do campo socialista.⁷

Neste contexto, a ligação existente entre a autoridade central e a diplomacia, concretamente quanto ao fundamento ideológico restringe-se ao *Pensamento de Mao*, ao conceito de *Um País, Dois Sistemas* e à *Teoria dos Três Representantes*. A diplomacia chinesa de Mao à actualidade tem vindo a adaptar-se ao ambiente externo, em consequência das alterações provenientes da própria evolução quer do ambiente interno quer da interdependência crescente com o ambiente externo.⁸ Daí que a diplomacia chinesa bem como o sector económico-financeiro devam ser analisados e compreendidos na forma de um processo evolutivo dinâmico, não incorrendo por conseguinte numa interpretação estática na sua crescente inserção no mercado global, concretamente no âmbito dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

⁶ Cfr. **Mao Zedong –On Diplomacy**. Pequim: Ed. Foreign Languages Press, 1998, pp. 31-34.

⁷ Cfr. **Valério, Octávio Neto –O Confronto Ideológico Sino-Soviético**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Monografia apresentada para o concurso de promoção a Conselheiro de Embaixada, 1972, pp. 8-9.

⁸ Sobre este assunto vide a questão do comportamento das elites no processo de adaptação do ambiente interno, **Hamrin, Carol Lee** –“Elite Politics and Foreign Relations”, in *Chinese Foreign Policy. Theory and Practice*. Edited by Robinson, Thomas W; Shambaugh, David. Oxford: Ed. Clarendon Press, 1995, pp. 95-105 (pp. 70-109).